REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Davi Barbosa de Jesus[1]; Débora Cristina de Araujo[2]

[1]Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); [2]Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Palavras-chave: Ensino de Ciências Biológicas. ERER. Lei 10.639/2003. Estágio em Docência.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/2003 foi responsável por alterar os artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 9.394/1996. O primeiro tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todo o currículo do ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares, e o segundo acrescentando o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (DCNERER) por meio do Parecer CNE/CP 03/2004 (Brasil, 2004a) e da Resolução CNE/CP 01/2004 (Brasil, 2004b), regulamentando a Lei 10.639/2003, além de orientar e expandir a aplicação da temática nos currículos de licenciaturas.

Entretanto, foi somente a partir de 2017 que a disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) iniciou seu processo de implementação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a partir da atualização dos Projetos Pedagógicos de seus Cursos (PPC). Nas Ciências Biológicas, a absorção das diretrizes se deu recentemente, em 2021, com a suspensão da ABI (área básica de ingresso) e a divisão do curso em bacharel e licenciatura, quase 20 anos após o surgimento da Lei 10.639/2003. Com a alteração, a ERER passou a compor parte obrigatória do currículo para a formação de professores de Biologia. Tal medida marca um passo importante contra a hegemônica matriz curricular eurocentrada que predomina nos currículos da educação brasileira (Marques; Calderoni, 2016, p. 301), sendo potencial na desconstrução de, não só, ideais enviesados pela distorcida percepção da produção unilateral de conhecimento por intelectuais brancos, mas também de pensamentos racistas reproduzidos e perpetuados pela herança colonial.

É considerando tal cenário que este trabalho objetiva apresentar e discutir as experiências teórico-metodológicas vivenciadas na disciplina de ERER, com estudantes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, no ano de 2024. A perspectiva aqui adotada parte de um licenciado em Ciências Biológicas e mestrando em Educação, durante o período de Estágio em Docência, junto à docente da referida disciplina, que utilizaram da Autobiografia (Delory-Momberger, 2012) como fundamentação metodológica, investigando os particulares contextos histórico-sociais produzidos pelas experiências trocadas ao longo das aulas, localizando a posição participativa do autor e da autora nestas construções.

METODOLOGIA

A Autobiografia, enquanto metodologia de investigação, tem como foco a análise da relação entre o indivíduo e o mundo histórico-social em que ele/ela está inserido/a, considerando suas experiências e trajetórias pessoais (Delory-Momberger, 2012, p. 524). Por meio da narrativa, é possível que a história de vida singular, e coletiva, revele um contexto mais amplo, indicando questões culturais e políticas levantadas durante relações ali estabelecidas. Nesse sentido, o ato de contar a própria história, e também a do/a outro/a, surge como uma potencial ferramenta, permitindo a problematização de aspectos simbólicos trazidos pelo cotidiano e sua localização em pautas sociais de emergente importância, como as questões raciais.

O ato de narrar na autobiografia não está restrito à perspectiva individual. Ao abordar o/a outro/a, o sujeito reconhece e aproxima nuances de suas experiências entrelaçadas com histórias provindas de identidades e grupos múltiplos. Com isso, a construção autobiográfica é fortalecida, explorando dinâmicas de alteridade e as dinâmicas sociais que permeiam a vida ao longo de sua temporalidade (Delory-Momberger, 2012, p. 525).

Para acessar as memórias materializadas servimos de materiais biográficos como: planejamentos de aula, diário de pesquisa, anotações em cadernos, avaliação, entre outros objetos/registros. Essas informações foram lidas e relidas, analisadas a partir de referenciais teóricos do campo das relações étnico-raciais e das Ciências Biológicas. Por questões de limitações de espaço, houve-se a necessidade de sintetizar as inúmeras, e riquíssimas, vivências, compiladas em um panorama geral.

Atualmente, a disciplina de ERER que foi ofertada para as Ciências Biológicas possui carga horária de 60 horas e é dividida em quatro eixos: Estudo das relações étnico-raciais no Brasil; Aspectos históricos da educação da população negra no Brasil; História e cultura africana e afro-brasileira e Formação de professores e práticas pedagógicas na perspectiva da educação antirracista. Durante as aulas houveram exposições teóricas, estudos compartilhados e análises conjuntas de filmes/novelas, com o intuito de descortinar os sutis e complexos mecanismos de atuação do racismo que perpassam elementos do dia-a-dia. As especificidades das questões raciais localizadas no campo científico conduziram as abordagens, atravessando a historicidade da construção do conceito de raça biológica e suas hierarquizações, do racismo científico e a eugenia, a degeneração racial e o modelo de criminoso pautado em traços fenotípicos, das teorias de mestiçagem e o embranquecimento da população brasileira, além de seus desdobramentos no ambiente educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos encontros, partindo das falas e percepções dos/as alunos/as percebeu-se a permanência do viés eurocêntrico no curso de licenciatura de Ciências Biológicas. Muitas das vezes, as estruturas curriculares eurocentradas camuflam o genocídio epistêmico[1], reforçando saberes que marginalizam ou invisibilizam conhecimentos e perspectivas de identidades e culturas africanas/afrodiaspóricas (Pinheiro, 2019, p. 335). Nesse contexto, a ERER atua como um dos poucos espaços dentro do curso que se propõe a discutir e confrontar essas questões, ainda que de forma limitada, devido à sua reduzida carga horária.

Nota-se, ainda, que os/as discentes caminharam em direção a uma autoidentificação racial positiva, processo que ocorreu ao longo do aprofundamento teórico sobre as dinâmicas raciais no Brasil. Esse movimento exigiu dos/as alunos/as que se reconhecerem como partes ativas de uma sociedade historicamente racista, seja na posição de quem reproduz ou de quem sofre as consequências das violências raciais. Tal entendimento buscou trazer uma reflexão crítica sobre o papel de cada um na perpetuação ou no enfrentamento das estruturas racistas, não se restringindo a população negra, ao contrário, englobando todos/as os/as brasileiros/as, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e

[1] “Epistemicídio é o processo político-cultural pelo qual o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados é morto ou destruído, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação” (Santos 1998, p. 208, tradução nossa).

pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (Brasil, 2004, p. 17).

Em especial, foi possível discutir como a ERER pode ser integrada às aulas de Biologia e Ciências, rompendo com a noção equivocada de que a Ciência é neutra e impessoal, sendo a temática racial necessária para desconstruir visões que perpetuam o racismo científico. Ao questionar o caráter eurocêntrico e homogêneo, a abordagem antirracista nas aulas de Biologia e Ciências permite explorar como o conhecimento científico serve como um espaço de valorização da diversidade racial. A autopercepção racial dos/as discentes, aliada à conscientização crítica sobre o racismo, ofereceu possibilidades para enxergar as Ciências Biológicas como um campo que pode, e deve, ser comprometido contra o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encontros realizados na disciplina de ERER indicaram as potencialidades de um currículo de licenciatura em Ciências Biológicas comprometido com o antirracismo, que não só prepara docentes mais conscientes das questões étnico-raciais, mas também impacta diretamente os/as futuros/as estudantes desses/as profissionais. Assim, a integração da ERER na formação de professores de Biologia representa um passo fundamental para a criação de uma educação que se comprometa com a construção de uma sociedade mais coerente e justa com sua diversidade racial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as potentes e afetuosas contribuições compostas durante os encontros do LitERÊtura e ao financiamento FAPES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[2]

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário da Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai. 2004(a).

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004(b). Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**. Brasília, 22 de junho de 2004(b), Seção 1, p. 11.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista brasileira de educação**, v. 17, n. 51, p. 523-536, 2012. (http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v17n51/v17n51a02.pdf).

MARQUES, Eugenia Portela Siqueira; CALDERONI, Valeria Aparecida Mendonça de Oliveira. Os deslocamentos epistêmicos trazidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008: possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar. **OPSIS**, Catalão, v. 16, n. 2, p. 299-315, 2016. (https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/37081/21941).

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, UFMG, p. 329-344, 2019. (https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/13139/11886).

SANTOS, Boaventura S**. La Globalización del derecho:** los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá, Colombia: IISA; Universidad Nacional de Colombia, 1998.

[2] O primeiro nome dos/as autores/as foi conservado por extenso com o objetivo de evidenciar o gênero dos mesmos, na medida que a abreviação generaliza e, por tendência, há a associação para o masculino, apagando a contribuição de pesquisadoras na área.